CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO N°: - 962/69 - CEE.

INTERESSADO: - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO.

ASSUNTO : - Indicação n° 12/69 - CP, sobre Educação Física.

I N D I C A Ç Ã O GP - N° 12/69

Senhor Presidente

Ao tratar de problema específico relativo a um Ginásio Estadual, tivemos ensejo de aduzir, a título de complemento aquele trabalho, uma série de considerações sobre a situação da Educação Física escolar.

As Câmaras Reunidas do Ensino Primário e Médio houveram por bem acolher nossos comentários sob a forma de indicação ao Conselho Pleno.

É o que fazemos.

* * *

O problema da Educação Física comporta mais considerações e, ao ensejo, nos animamos a fazê-las com o intuito de debater a matéria, da qual já nos ocupamos, longamente, em nosso Parecer n° 215/67-CREPEM.

É sabido que o assunto está na ordem do dia, sobre tudo pela recente modificação do Artigo 22 da LDB; nos termos de Decreto-Lei n° 705, de 25 de julho de 1969, que diz:

"Artigo 1° - O artigo 22 da Lei n° 4.024, de 20 de dezembro de 1961, passa a vigorar com a seguinte redação:

- Será obrigatória a prática da Educação Física em todos os níveis e ramos de escolarização, com predominância esportiva no ensino superior".

Ressalta, imediatamente, a intenção do legislador em ampliar sobremaneira o preceito legal relativo à prática da Educação Física, tornando-a obrigatória, agora, (não apenas até a idade de dezoito anos e sem menção a níveis de ensino), mas a todos os níveis de ensino e sem limite da idade, eis que alcança o aluno de escola superior, embora lhe faculte o predomínio da Educação Física representa da por competições esportivas.

Ao que se sabe, a nova legislação foi baseada em estudos determinados pelo Coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira, atual Diretor da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura. Esses estudos, segundo fomos informados, foram juntados em documento oficial que passou pelo crivo do Conselho Federal de Educação e, com o beneplácito do insigne Colegiado, foi remetido ao senhor Ministro da Educação, transformando-se, ao final, no Decreto Lei nº 705, de 25-7-69.

O novo diploma legal, ao que tudo o indica, ainda, devera ser regulamentado, porquanto a sua auto aplicação, no consenso de especialistas, é impossível a curto prazo, eis que nossos estabelecimentos escolares, particulares ou oficiais, não dispõem, em sua maioria, de dependências esportivas adequadas e sequer dispomos, em São Paulo e no Brasil, de professores de Educação Física em número suficiente para atender aos milhões de alunos dos cursos primário, médio e superior.

O Problema é ainda mais grave nas grandes cidades, onde escasseiam as áreas verdes — e São Paulo é um exemplo marcante da carência de espaços livres desse tipo para a prática normal e intensiva das diferentes modalidades de Educação Física.

A construção de praças de esportes, mesmo de modestas quadras para voleibol, cestobol, ginástica e outras atividades físicas, não obstante as disposições legais vigentes, não tem sido feita em grande parte dos prédios escolares, oficiais ou particulares, face ao elevado custo dos terrenos,

Não nos filiamos ao grupo dos partidários da existência, em cada escola, de instalações esportivas, pois estas são sempre caríssimas, há dificuldades para construí-las pela inexistência de espaços apropriados, sua manutenção também seria demasiadamente onerosa e a sua utilização pelos alunos da escola jamais poderia ser integral.

Parece-nos que a solução ideal seria a da construção de centros de educação física, centros desportivos ou que outro título possam ter, levada a termo pelos poderes públicos do Estado e do Município, numa atuação solidária em benefício da comunidade estudantil e também da juventude em geral, inclusive daquela que es tivesse fora dos bancos escolares.

Esses centros -- dos quais já temos alguns - poderiam ser utilizados, rotativamente, em dias e horários alternados, por diversos estabelecimentos de ensino, e, aos domingos e feriados, serviriam para o desfrute da população em geral residente em sua área de localização.

Não oferecemos nenhuma novidade, bem o sabemos. Estamos arenas insistindo numa solução já aventada em outras oportunidades e timidamente ensaiada entre nós. Esses centros têm provado bem. Ante o império da nova legislação, cremos haver chegado a hora de aumentar o seu número.

O fato é que o problema da Educação Física - dessa Educação Física que já desfrutou um período áureo entre nós - aí está e precisa ser resolvido satisfatoriamente não somente para que essa Prática Educativa deixe de ser apenas um texto legal quase sempre mal cumprido, mas sobretudo porque é indiscutível a importância do papel desempenhado pela Educação Física no desenvolvimento harmonioso do jovem, eis que ela é parte essencial da Educação e, nessas condições, tem que estar realmente entrosada numa programação que objetive a formação integral do aluno.

"A amplitude de ação da Educação Física não se limita à que exerce sobre o corpo humano pelo seu adestramento sistemático, mas, quando bem orientada e dirigida, se estende fundamentalmente, em sua concepção contemporânea, à inteligência, a formação da personalidade, à aquisição de hábitos morales, sociais cívicos e higiênicos, ao aproveitamento condigno das horas de lazer, à preparação vocacional e ao desenvolvimento de qualidades dignas de um bom cidadão, contribuição essa indispensável à vida comum, numa sociedade organizada, mormente se levarmos em consideração o verdadeiro papel da escola na formação integral de milhares de crianças e jovens do nosso Estado" (Trecho de uma representação de professores de Educação Física, encaminha da ao Conselho Estadual de Educação, em 1964).

Não cremos, contudo, que o problema da Educação Física em nossos educandários possa ser solucionado sem a conjugação dos esforços da União, do Estado, do Município e até da própria comunidade.

Ao mencionarmos a colaboração federal, imaginamos que ela poderia vir através da destinação de verbas orçamentárias especificamente vinculadas a construção de centros de educação física ou, quem sabe, mediante um percentual do quantitativo a ser arrecadado pela loteria esportiva, de que tanto se fala ultimamente.

Baseados nas razões sucintamente expostas, oferecemos à meditação dos nobres colegas das Câmaras Reunidas do Ensino Primário e Médio e dos demais conselheiros integrantes dos outros órgãos componentes do Conselho Estadual de Educação, os pontos abaixo relaciona dos.

I - Conveniência dos responsáveis pela Secretaria da Educação, pelo Departamento de Educação Física do

Estado e pela Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal Paulistana levarem a cabo es

tudos sobre a possibilidade de convênios entre o Estado, a Prefeitura Municipal e os clubes esportivos, objetivando à cessão por estes últimos, de suas instalações para a prática da Educação Física escolar, um horários compatíveis e que não prejudiquem as finalidades sócio-recreativas dessas agremiações.

II - Entendimento entre a Secretaria da Educação do Estado e a Secretaria da Educação e cultura do Município de São Paulo, no sentido de um convênio para o uso comum das instalações esportivas dos respectivos estabelecimentos de ensino e também dos centros esportivos e recreativos da Municipalidade.

III - Oportunidade de um levantamento total dos edifícios escolares da Capital o das cidades com mais do cem mil habitantes, que disponham de instalações esportivas ou, pelo menos, de á rea suficiente para a prática da Educação Física, tendo era vista a sua ocupação, durante a semana, em períodos e dias alternados, inclusive a noite, por alunos de mais de um estabelecimento escolar oficial.

IV - Sugerir ao Governo do Estado (em outros tempos foi feita uma programação para a construção de centenas de quadras de esporte) a conveniência e urgência da elaboração de um plano de construção de centros de Educação Física, destinados ao uso comum de alunos das escolas estaduais e municipais, para que seja efetiva mente cumprida a legislação pertinente à Educação Física em nosso Estado.

V - Esses centros de educação física, aos domingos e feriados, poderiam servir a população em geral, sobretudo aos trabalhadores, para um sadio conagraçamento sócio esportivo da comunidade.

Estas ideias - e até muito melhor fundamentadas além de outras mais valiosas, têm estado presentes nas preocupações de quantos se interessam pelo assunto - Educação Física - em nosso

meio. Ao repô-las no âmbito de nossas discussões, desejamos somente realizar mais uma tentativa para o encontro de solução para o problema que ai esta desafiando a capacidade dos educadores e gestores da pública administração.

São Paulo, 16 de agosto de 1969.

as) Cons. ERASMO DE FREITAS NUZZI
- autor -

Aprovada, por unanimidade, na sessão ordinária das Câmaras Reunidas do Ensino Primário e Médio, realiza da em 25 de agosto de 1969.

as) Cons. ALPÍNOLO LOPES CASALI
Presidente das CREPM

Aprovada, por unanimidade, na 269ª sessão plenária, realizada em 1º de setembro de 1969.

Ficou deliberado encaminhar-se a presente indicação, aditada com o Anexo II referente à Educação Física, constante do Plano Estadual de Educação, a todas as Secretarias de Educação dos Municípios.

CEE- 1º/9/69
as. CARLOS PASQUALE
Presidente

PLANO ESTADUAL D EDUCAÇÃO

A N E X O II

INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Foi somente em 1 932, com a Reforma Campos, que se deu, em nosso país, um passo decisivo no sentido de generalizar a Educação Física, instituindo-a como prática obrigatória nos estabelecimentos de ensino secundário.

Após mais de vinte anos de vigência dessa determinação legal, verifica-se que, colocada a Educação Física como parte integrante do curriculum, dificuldades cada vez mais consideráveis se apresentam para que essa prática educativa possa ser feita dentro dos próprios estabelecimentos de ensino.

Já em 1 947 os educadores haviam advertido os poderes públicos de que o trato diário, durante quinze anos, com os problemas pertinentes à Educação Física nos estabelecimentos de ensino médio e o exame das dificuldades a ela inerentes proporcionavam aos educadores a convicção de que somente com a instituição de centros especializados e com a expedição de novos regulamentos é que se poderia transformar a educação física, de enfadonha e ineficaz como já então se mostrava, em prática atraente e proveitosa.

De outro lado, sobre não resolver o problema da cultura física da juventude em geral, porque atende apenas a parcela da mocidade que pode empreender os estudos de segundo grau, a educação física, integrada e circunscrita ao curriculum escolar, cinge-se a umas poucas sessões realizadas dentro de todas as limitações do ambiente escolar no curso de um período letivo reduzido e não apresenta, por isso mesmo, resultado compensador em face do sensível agravamento que acarreta ao custo do ensino.

Com a preocupação de corrigir a situação aponta da, propõe-se a instalação e funcionamento de Centros de Educação Física, que ensejam a inauguração de uma solução de âmbito mais geral, de técnica mais adequada e de custo mais económico para o problema da fisicultura.

Solução de âmbito mais geral porque a educação física, interessando a todos os indivíduos, em modalidades e porções osciláveis segundo o sexo, idade e condições pessoais de

cada um, a sua prática não ficará circunscrita, como até aqui, aos alunos matriculados em determinado turno dos cursos padronizados do ensino oficial, mas se estenderá a todas as pessoas, qualquer que seja a sua categoria escolar ou a condição social.

Solução de custo mais económico porque, atendi do o problema da educação física por meio de realizações cooperativas de maior fôlego, a despesa per capita relativa à manutenção do serviço em condições mais eficientes será necessariamente inferior a que presentemente lhe corresponde em instalações privativas de escolas,

A própria assistência técnica do Poder Público, ministrada seja como fiscalização, seja como orientação, se tornará mais produtiva e menos dispendiosa, pois, feita a prática da educação física através dos centros, será menor o número de locais a visitar e maior o número de pessoas beneficiadas pela providencia oficial.

Desligada a educação física do âmbito escolar, a criação de estabelecimentos de ensino médio, tanto públicos como particulares, se fará, por sua vez sem a inversão dos eleva dos recursos financeiros que atualmente são necessários,

A expansão da rede escolar – entravada atual mente pela exigência da incorporação, a cada unidade, da extensa área de terreno e das custosas instalações necessárias à prática dos exercícios físicos – se fará de futuro em condições mais favoráveis, pois a inexistência do espaço exigido constitui, muita vez, obstáculo intransponível à criação de novas escolas.

Estes aspectos da ordem econômica são relevantes em um país como o nosso, em cujo estágio de subdesenvolvimento é constrangedora e a desproporção que existe entre os recursos materiais e humanos de que dispomos para a realização dos trabalhos educativos e a extensão da obra a empreender.

Solução também, de ordem técnica mais adequada porque a prática da educação física passa a fazer-se em áreas maiores, dotadas de instalações mais completas e de aparelhamento mais satisfatório, dentro do horário mais apropriado e pelos doze meses do ano, afinal em condições mais favoráveis,

A composição das turmas pode ser mais homogênea pois, fazendo-se á base da seleção entre grupos mais numerosos, permitirá reunir com maior facilidade tipos morfofisiológicos afins.

A questão dos que exigem cuidados corretivos e exercícios apropriados, notadamente os fisicamente excepcionais, se apresentará, nos centros especializados, em condições de solução viável, enquanto, para a educação física exclusiva desta ou daquela escola, o caso se apresenta insolúvel em face da diversidade de hipóteses meramente individuais.

Devo assinalar, também, que os Centros de Educação Física ensejam ótimas condições para proporcionar convivência mais natural, mais assídua e, portanto, mais assimiladora das diferentes classes sociais.

A distribuição promíscua dos educandos dentro do espírito de igualdade e da ausência de diferenciações de classe; o predomínio das diretrizes disciplinadoras que são da própria essência da educação física como base necessária à harmonia dos movimentos; e emprego constante do esforço de equipe demonstrando a necessidade da cooperação e provando a progressão geométrica dos esforços, constituem toda uma série de circunstâncias que convergem naturalmente para a integração do indivíduo no conjunto social e concorrem para o imprescindível entrosamento democrático, que a grandeza nacional reclama.

Finalmente, cumpre-me notar que a criação de centros especializados não visa a impedir que continue a educação física a ser praticada nos estabelecimentos devidamente aparelhados e cujo regime escolar permite a sua realização em condições de comprovada eficiência.

Adotada a medida proposta, os trabalhos devem prosseguir no sentido de ser articulado um movimento cívico, de âmbito estadual, destinado a promover, pela conjugação dos esforços dos poderes públicos e os da iniciativa particular, a criação de uma ampla rede de Centros de Educação Física e de, pelo menos, um Centro em cada cidade.

Ao Município, sob a orientação técnica do Estado, caberá o dever de promover a pronta instalação desses Centros. Dispondo, geralmente, de áreas livres suficientes os Municípios encontrarão, na criação e manutenção de Centros de Educação Física, uma das formas mais oportunas, mais gerais, mais imediatas e mais proveitosas de aplicação dos recursos que lhes incumbe despende com a educação do povo.